

Respostas do candidato a Bastonário doutor Fausto Pinto

às perguntas da Associação dos Médicos Católicos Portugueses

- **Qual a sua opinião relativamente à despenalização da eutanásia?**

A minha posição em relação à eutanásia é bem conhecida. Sou absolutamente contra a legalização da eutanásia em Portugal. Entendo que não é seguramente uma prioridade de saúde em Portugal. Acho muito mais importante a criação, expansão e reforço das unidades de cuidados paliativos e continuados, do que estar a colocar recursos ao serviço de algo que intrinsecamente discordo. É uma decisão baseada em critérios 100% políticos, que nada têm a ver com uma análise séria das necessidades em saúde em Portugal. Sou, isso sim, a favor da criação da especialidade de Medicina Paliativa em Portugal.

- **Concretamente em relação ao atual projeto lei, qual a sua posição sobre a designação pela Ordem dos Médicos de um médico para a Comissão de Verificação prevista pela Lei da eutanásia?**

Procederei à nomeação duma personalidade médica para a comissão de verificação, que corresponda à minha visão sobre este tema e de reconhecida competência.

- **Como se situa relativamente ao respeito absoluto pela vida humana, desde a conceção até à morte natural?**

Subscrevo e respeito o princípio, considerando muito importante o reforço das condições necessárias para implementação de programas adequados de controle da natalidade e de apoio à mulher grávida. Contudo, do ponto de vista médico entendo e concordo com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, no sentido de providenciar condições médicas adequadas que permitam a concretização de tão difícil decisão. Tal deverá ser sempre acompanhado dum programa de apoio e sensibilização. Neste caso, como no da eutanásia defendo o princípio da objeção de consciência.

- **O que pensa da possibilidade de impor limitações à objeção de consciência?**

Naturalmente que as leis são para serem cumpridas, mas também tem de ser respeitada e precavida a objeção de consciência, sem limitações impostas. Nesse sentido, defenderei sempre a objeção de consciência como um imperativo básico que deverá ser sempre respeitado.

Fausto Pinto
Janeiro de 2023